

PROPRIEDADE E USO DA TERRA NA PERIFERIA NORTE DO RECÔNCAVO AÇUCAREIRO; aspectos de história recente *

*Maria de Azevedo Brandão
Deptº de Sociologia – UFBa.*

INTRODUÇÃO

Apesar da formação de um incipiente parque industrial na Cidade do Salvador, do crescimento demográfico e da integração recíproca de suas diferentes áreas, o Recôncavo preservou, até a década de sessenta, em torno da cidade e dos restritos pontos diretamente afetados pelas operações da Petrobrás, um setor primário praticamente intocado em suas características estruturais em relação ao quadro deixado, após os anos vinte, pela última e breve fase de recuperação da produção açucareira na região.

Contudo, a partir do fim da década de sessenta, todo o Recôncavo e principalmente sua área norte vem mudando rapidamente, em face das perspectivas de instalação do Complexo Petroquímico do Nordeste (COPENE) e da ação polarizadora de Salvador.

O que se tentará nesta comunicação é descrever alguns aspectos da estrutura de distribuição e uso da terra num município da área Norte do Recôncavo, exatamente antes do início das referidas modificações, i. e., no período anterior e em torno de 1960.

Trata-se do município de Camaçari, local de implantação do Complexo Petroquímico e área adjacente ao Centro Industrial de Aratu e à Cidade do Salvador.

O caso deste Município antes de sua fase atual é tomado como ilustração de uma situação de periferia funcional e física em relação ao núcleo açucareiro do Recôncavo, e deve, deste modo, contribuir para especificar aspectos da região, na fase final de sua história, como cenário de uma produção monocultora de tipo tradicional. **

* *Comunicação apresentada ao VIII Simpósio Nacional de História, Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH) – Aracaju, 1975.*

** *Este trabalho baseia-se em dados de campo colhidos em 1956 e em 1963 e em dados censitários de 1940, 1950 e 1960.*

O COMPLEXO REGIONAL DO RECÔNCAVO

A região que se veio a estruturar como Recôncavo da Baía de Todos os Santos, jamais fora, ecológica ou economicamente, um espaço uniforme, mas antes um complexo de sub-área especializadas. É necessário compreender as relações genéticas e estruturais dessas áreas, em face do âmago açucareiro, para que se possa esclarecer a própria natureza da organização da produção monocultora, que por mais de três séculos dominou a região.

Grosso modo, o Recôncavo tradicional, nas condições em que o encontrou a Petrobrás, à altura de 1950, compreende quatro sub-áreas: a área do massapê, dominada pela produção do açúcar. O alto Recôncavo, a leste, dedicado basicamente à produção de fumo, mas também de alimentos, demograficamente denso e marcado por um processo de intensa minifundização. O baixo Recôncavo, ao sul, com maior frequência de médios e pequenas propriedades, e que se ocuparam sempre mais preponderantemente com a produção alimentar, assinalado pela presença de numerosas caieiras (fornos de preparação de cal) e olarias, exportadoras típicas de materiais de construção para Salvador e cidades próximas até a década de cinquenta. O Recôncavo Norte — retraído numa economia mista de agricultura alimentar, côco da Bahia, gado — demograficamente ralo e marcadamente isolado das demais áreas da região e da própria Capital, apesar de sua vizinhança com esta.

A influência da Petrobrás, por sua vez, revelou-se, também, desigual na região. (1) A exploração do petróleo caminhou da área típica do massapê para o norte, afetando profundamente o âmago da antiga área da cana e, mais recentemente, o Recôncavo Norte, com a implantação do Conjunto Petroquímico e a abertura de poços ao norte desta área, deixando, praticamente, intocados o baixo e o alto recôncavos.

Tipicamente, o Recôncavo dedica-se, desde o século XVI, à produção açucareira, cuja história se constitui aí num suceder de fases de prosperidade e depressão, que se alternam já desde muito cedo, por força de determinações de origem basicamente externa, mas que se mesclam progressivamente com fatores destas gerados internamente. (2)

Entretanto, a cana-de-açúcar jamais subsistiu só aí, mas integrada num complexo de atividades espacialmente organizadas dentro da região. De um modo simplificado se poderia dizer que, nos momentos de prosperidade, encontrava-se no âmago do Recôncavo a produção da cana-de-açúcar e, nos diferentes setores de sua periferia geográfica, desenvolviam-se atividades complementares de produção alimentar, pecuária, extração de lenha, cultivo do fumo e produção de materiais de construção.

Com o tempo, sedimentou-se essa espécie de divisão de trabalho entre diferentes áreas, formando-se um complexo regional internamente diferenciado e razoavelmente autônomo, em que os segmentos periféricos desempenhavam funções essenciais à vitalidade ou mesmo à sustentação das atividades nucleares da economia regional.

A área norte do Recôncavo, com poucos trechos de solo propício à cultura da cana e, de um modo geral, menos favorável à agricultura que as demais, tendeu a tornar-se um desses segmentos especializados, inicialmente dedicado à produção pecuária e, posteriormente, mais voltada à produção de lenha. Contudo, situada nos

limites da área de massapê e contando com algumas manchas isoladas deste tipo de terreno e de solos de tipo barreiras, o Recôncavo Norte foi ocasionalmente penetrado pela produção da cana.

Em virtude dessas duas formas de participação no complexo regional do Recôncavo, essa área desenvolveu-se em duas linhas. Uma derivada da dinâmica de uma zona especializada em certo tipo de produção complementar à produção do açúcar, e outra decorrente da dominância intermitente da própria produção monocultora e da condição de marginalidade face a esta mesma atividade e ao seu centro de dominância, nas prolongadas fases de depressão que afetaram a economia do açúcar na região.

Esta alternância tornou-se notória a partir do fim do século XVIII, quando em meio a uma fase de prosperidade da economia do açúcar, os melhores pastos da área eram dados como ocupados com a cultura da cana (3).

Esse período de prosperidade prolonga-se até o primeiro quartel do século XIX, cedendo à depressão que, nas décadas de 20 a 60, atinge a economia açucareira no Recôncavo. Segue-se depois nova fase de recuperação, do período da Guerra da Secessão à Abolição, daí uma nova fase de retração, até a década de vinte, quando, pela última vez, os canaviais se expandem para o norte.

No curso do processo sumariamente referido acima, ocorrem dois tipos de fenômenos: uns de caráter cíclico, exemplificado na alternância de atividades produtivas e de certo modo na aglutinação e fragmentação da terra em resposta às exigências da produção comercial; e outros, de caráter cumulativo, como é o caso do adensamento demográfico, da degradação do ambiente natural e da cristalização da estrutura social.

Como o saldo dos processos cumulativos tendeu a reduzir progressivamente a margem das opções econômicas abertas a cada diferente segmento territorial, desenvolveram-se, com o tempo, sub-especializações internas à área, resultando numa organização do espaço que reflete a dinâmica entre oportunidades econômicas e estrutura social.

Em Camaçari, devido à existência de manchas de solo favoráveis à cultura da cana, esta teve aí uma presença intermitente e espacialmente descontínua. Quando e onde a cana penetrou, a terra tendeu a concentrar-se, e retraída a onda de prosperidade da economia açucareira, a área ajustava-se à depressão, valendo-se da extração da lenha e da expansão de outras produções comerciais compatíveis com a generalizada escassez de solos propícios a cultura mais exigentes.

A partir do fim do século passado, última fase de maior prosperidade da economia açucareira no Recôncavo, as grandes propriedades passaram sucessivamente por diferentes mãos — herdeiros ou novos compradores — fragmentando-se. Nas zonas de mais fácil acesso, uns e outros, incapazes de produzir, mas ansiosos por manterem-se no controle da terra, transformam-nas em verdadeiras empresas extrativas. Aproveitando-se do mercado da Capital, toda a área oeste do município praticamente atirou-se à produção do carvão vegetal que, ainda na década de sessenta, liquidava as últimas reservas de vegetação mais robusta restantes.

Nas áreas menos férteis, à medida que se foi esgotando a cobertura florestal, desenvolveu-se uma incipiente atividade extrativa, aproveitando-se dos depósitos locais de argilas finas. Em pontos isolados, as terras passaram ao controle direto de

numerosos reideiros e de resto permaneceram estagnadas nas mãos displicentes de proprietários descapitalizados ou ausentes.

Nas zonas de solo mais fértil, onde mais facilmente se reconstituiu a vegetação em mata secundária de pequeno porte ainda aproveitável para o carvão, e onde o solo tem podido suportar continuada exploração agrícola, as grandes propriedades mantiveram-se, de um modo geral, íntegras, recorrendo ao arrendamento em diheiro e em espécie e realizando uma produção alimentar itinerante, associada à extração de lenha e à feitura de carvão vegetal. (4) Por outro lado, nos pequenos sítios do interior e da costa, impróprios as culturas praticadas na região, passou-se, em escala crescente, a cultivar o coqueiro. (5)

Presente em toda a sua história e, de certo modo, quase universal na área, a criação de gado da terra, também, tornou-se uma das formas de ajustamento à retração econômica, desempenhando a função de manter, na posse da terra, antigos proprietários descapitalizados. Não só nos grandes estabelecimentos se recorreu à criação. Pequenos e médios proprietários associaram-na à cultura de côco ou a uma reduzida fruticultura, em áreas que variam de cerca de 20 a 200 ha, particularmente concentradas a nordeste do município. (6)

Tem-se, assim, pelo menos a partir do fim do século passado, quatro diferentes linhas de desenvolvimento no modo de utilização da terra na área. Primeiro, a agricultura de subsistência, que se constitui num instrumento de absorção dos excedentes de mão-de-obra, derivados da retração da economia de mercado e do próprio crescimento vegetativo da população. Segundo, nos pequenos sítios próximos à costa, intensificou-se o plantio do coqueiro, já antigo na região. (7) Em terceiro lugar, manteve-se uma atividade pecuária residual, cujo volume oscila em resposta à dinâmica dos grandes estabelecimentos, alguns possivelmente antes dedicados à cana, e de pequenas e médias propriedades dedicadas à produção de côco. Em quarto lugar, desenvolveu-se certa atividade extrativa, em áreas impróprias à agricultura: na costa, a pesca; no interior, a extração de argilas; e, por toda parte, o carvão que, em resposta ao mercado da capital, tornou-se, nesses anos de retração econômica, uma atividade praticamente universal na área.

A ÁREA ESTUDADA: paisagem e população

O Município de Camaçari, com 926 km² e 21.849 habitantes, em 1960, situa-se a partir de cerca de 40 km ao norte da Cidade do Salvador, numa faixa de cerca de 20 km em média de largura, da orla marítima ao interior. Esta área corresponde ao extremo nordeste do Recôncavo e tem por limites, ao sul e a leste, o rio Joanes, ao norte, um tributário do Pojuca — o Itapecirica — e a leste, o mar, confiando assim, com os municípios de Salvador (8), Simões Filho, Candeias, São Sebastião do Passé e Mata de São João.

Tais limites físicos impuseram certa unidade sócio-econômica à área, pois que dificultaram, até a década de sessenta, maior contato da população local com áreas vizinhas.

Essa unidade, por outro lado, não subentende uma homogeneidade interna, contrariada em primeiro lugar pelas próprias características fisiográficas da área, responsáveis por três tipos de paisagens distintas: uma faixa litorânea, de cerca de 3 a 6 km de largura na costa; zonas de colinas, às vezes bastante acidentadas, corres-

pondendo predominantemente à porção sul do município, entre a faixa litorânea e à margem esquerda do Joanes — área de Abrantes — e à porção nordeste dessa faixa à margem esquerda do Pojuca — área de Monte Gordo —, e os "tabuleiros" e planícies adjacentes, ocupando grande área do município, justamente em torno da cidade de Camaçari e da Vila de Dias D'Ávila.

A faixa litorânea é assinalada por uma orla de dunas por trás das quais há extensas áreas permanente ou temporariamente alagadas durante os períodos de chuvas. Em trechos isolados, encontram-se manchas de terreno com certa fertilidade, que permitem a prática de pequenas roças. De resto, esta faixa é ocupada por coqueirais geralmente antigos.

Mais para o interior, quando se iniciam as primeiras elevações, é que surgem os solos argilosos das colinas, que marcam predominantemente as paisagens sul e nordeste do município. Estes solos não são uniformes. Em virtude do alto teor de ferro que caracteriza os solos da série "barreiras" a que se filiam, os topos das colinas submetem-se facilmente ao processo de laterização, resultando em áreas quase totalmente impróprias à agricultura. Por outro lado, determinados vales e as encostas adjacentes apresentam solos bastante férteis, sobretudo na área sul.

Finalmente, os "tabuleiros" são praticamente impróprios à agricultura e as planícies de sedimentação, caracteristicamente pobres, não se prestam senão a plantas pouco exigentes. O coqueiro, à custa de maior produtividade, tem sido a única cultura aí praticada. É nestas planícies e "tabuleiros" que se encontram frequentes depósitos de argilas finas e tabatingas ou caulins, os quais vêm sendo explorados industrialmente.

Em decorrência de tais características de solo e relevo, o município apresenta uma área de produção agrícola mais intensa a sudoeste e outra a nordeste, esta, contudo, mais propriamente agropecuária, e a extensa área de "tabuleiros" e planícies centrais praticamente desertas.

Devido às dificuldades de comunicação pela costa durante os períodos de chuva, entre as áreas sul e nordeste, de outra parte também separadas pelo interior pelos "tabuleiros", essas áreas mantiveram-se, até bem pouco tempo, de certo modo isoladas entre si, dominando cada uma o respectivo trecho da faixa litorânea.

Na zona sudeste do município, em torno da velha sede municipal e primeiro centro de concentração demográfica da área — a Vila de Abrantes — desenvolveu-se uma produção alimentar em grande parte destinada ao consumo local e realizada em "sítios" ou em regime de parceria ou arrendamento de pequenas parcelas de terra.

Nesta área, o desenvolvimento da estrutura fundiária foi bastante complexo, partindo da criação da gleba comunal da missão jesuítica do Espírito Santo, cuja sede foi transformada, no meado do século XVIII, em Vila de Abrantes, à ocupação da periferia, por fazendas de jesuítas e de "fregueses portugueses" que finalmente entraram pelo território da missão. (9)

Estabeleceu-se, daí em diante, uma espécie de moto contínuo de fragmentações e reaglutinações, que resultou numa variedade de tamanhos de propriedades e na minifundização de certas áreas, onde a população se adensa progressivamente, vindo em vários casos a nuclear-se em pequenos povoados. (10)

Enquanto na área do atual distrito de Abrantes formara-se, desde séculos atrás, uma organização do espaço relativamente complexa, graças ao papel catalí-

tico desempenhado pela presença da missão jesuítica, a zona norte do município permaneceu indiferenciada, sob regime de propriedade monopolística da terra, voltada para a pecuária extensiva e ligada, até o século passado, à Casa da Torre.

Com o desmembramento dessas terras pelo fim do Século XIX, passando a pequenos e médios proprietários, foram estabelecidos, na área, canaviais e pequenos engenhos — “engenhos de pau”. (11) Em dois pontos, por sucessivas fragmentações, formaram-se as atuais nucleações de São Bento e Bom Jesus.

As poucas engenhocas que chegaram a este século desapareceram pelos anos trinta. Daí para cá, verificaram-se duas tendências que se mantiveram até mais ou menos 1950. A primeira resultou na cristalização da estrutura fundiária, segundo a qual antigos proprietários ou herdeiros seus mantêm a posse da terra, porém sob muito baixa produtividade. Nestas condições, o principal produto comercial é o côco, cultivado extensivamente e, ao lado deste, subsidiariamente, uma pequena pecuária e a produção de subsistência. Predominavam aí, em sessenta, a parceria e, secundariamente, o “dia dado” * de trabalho e o arrendamento da terra. A orientação para o mercado era muito reduzida e praticamente ausente qualquer esforço de capitalização.

A segunda tendência resultou, como em Abrantes, na minifundização de certas áreas, multiplicando os chamados “sítios” — pequenos lotes de cerca de 3 a 8 hectares ou ainda menores, às vezes de menos de meio hectare. A pequena extensão dessas áreas inibe a produção de subsistência que exige, com seu caráter itinerante, uma disponibilidade de terra pelo menos três vezes superior à área cultivada por ano. Em consequência disto, os proprietários de sítios dedicam-se à cultura do coqueiro e recorrem à parceria e ao arrendamento de terras de terceiros, quando as suas são extremamente pequenas ou impróprias a qualquer cultivo.

A porção oeste do município — compreendendo os atuais distritos de Camaçari e de Dias D’Ávila — das margens do Joanes aos extensos “tabuleiros” e planícies centrais e atingindo ao norte as margens do Jacuípe, permanece, ainda hoje, sob o regime da grande propriedade, ainda que a terra se tenha progressivamente fragmentado.

A vinculação mais intensa desta parte do município com a área da cana, como também as facilidades relativas de comunicação com a Capital — a que a mesma se liga por via férrea desde 1860 — concorreram para a permanência da área sob controle de um número relativamente reduzido de proprietários, antigos donos ou novos compradores, incapazes de explorar suas terras produtivamente ou simplesmente interessados na especulação imobiliária. Em qualquer caso, desta situação resultou um movimento de dispersão ou ao menos de não fixação da população, ao tempo em que se intensificou a exploração predatória e contínua da cobertura florestal.

Na parte mais central do município, a partir da estrada de ferro para a costa, as áreas de “tabuleiros” e as planícies sedimentares permaneceram totalmente abandonadas e às vezes como terras devolutas, até praticamente o meado do decênio de cinquenta. Havia, até o meio da década de sessenta, esporádicas explorações de tabatinga e, nos limites dos “tabuleiros” com as áreas de colinas, algumas olarias produzindo para o mercado local.

* a prestação de serviço por conta do uso da terra.

A faixa litorânea do município organizou-se em função da expansão da cultura do côco, respondendo ao problema dos excedentes de mão-de-obra que se formavam no interior com o desenvolvimento da pesca, responsável por um cordão de povoados costeiros. (12)

Assim é que, no meado deste século, as atividades econômicas da área apresentavam-se organizadas espacialmente de modo mais ou menos nítido: na costa, uma estreita faixa de coqueiros, às vezes não ultrapassando mais de quatro filas de árvores. Em seguida, no restante da planície litorânea, havia reduzidas “roças” de subsistência, até que em volta dos pequenos povoados, no limite da faixa litorânea com os terrenos de argila, realizava-se uma pequena agricultura de subsistência, aliada, também, em reduzida escala ao cultivo de coqueiros.

Na porção sul do município — distrito de Abrantes — a atividade típica era a agricultura de subsistência, esporadicamente a pecuária. A Nordeste — distrito de Monte Gordo —, a cultura do côco aliava-se à produção de subsistência e à pequena pecuária. Mas para o interior ainda da zona norte, à margem esquerda do Pojuca, e no limite oeste do município, à margem esquerda do Joanes, onde a ocupação era, e o é ainda hoje, rala, persistiam algumas reservas de mata onde se praticava a agricultura de subsistência, aliada à produção de carvão vegetal.

Obviamente, esta distribuição jamais se tornara rígida. A atividade pecuária, por exemplo, esteve sempre mais ou menos presente em todo o município, menos ligada a variações do meio, que lhe é ali geralmente propício, do que à dinâmica econômica da região. O cultivo do côco, também, apesar de sua dominância na costa e no nordeste, tornou-se mais ou menos disseminado no município, tendendo a expandir-se progressivamente na zona de colinas e penetrando na década de sessenta as planícies internas de sedimentação. E a produção do carvão, embora mais típica das áreas acima mencionadas, era praticada também em vários pontos do município a depender da existência do que restasse de mata.

Em 1960, a população do município distribuía-se, em sua grande parte, em povoados que começam a partir de 10 a 20 até 250 casas e em dois centros urbanos maiores — a sede municipal e a sede do distrito de Dias D’Ávila. (13) Ao longo da estrada de ferro estão três núcleos distantes e isolados entre si: Parafuso, com aproximadamente 700 habitantes, Camaçari, com 5.342 e Dias d’Ávila, com 2.519, naquele ano.

A outra linha de núcleos demográficos situa-se nos limites da faixa litorânea, com as primeiras colinas, incluindo como principais núcleos, ao sul, Abrantes, Sucupiô, Gagirús, Maracaiuba, Areias, Açú, e, ao norte, Coqueiro, Pau D’Arco, Monte Gordo, São Bento, Bom Jesus, Barra de Pojuca e Pojuquinha.

O terceiro eixo de povoados é constituído pelos arraiais pesqueiros de Busca Vida, Jaúa, Arembepe e Porto de Garajuba. Embora fora dos limites do município, pode-se incluir, entre os últimos, o arraial de Praia do Forte, com intensas relações com a zona de Pojuca e Pojuquinha.

Entre essas três linhas de ocupação, a população se distribuía, de um modo geral, em campo aberto, sendo quase desertos os “tabuleiros” e planícies centrais e a parte interior da planície costeira.

Em termos sócio-econômicos, essa população se estratifica em três níveis:

a) *Proprietários rurais residentes, proprietários de áreas de tamanho variável, em geral entre 40 e 500 ha; donos de casas de negócio; empreiteiros de obras, grande parte dos funcionários públicos de carteira; proprietários de pequenas indústrias e administradores das empresas maiores.*

Em termos do sistema social global, evidentemente este grupo integra um estrato de renda média, possivelmente mais próximos dos limites inferiores da "classe média", vista em âmbito regional.

b) *Lavradores proprietários de sítios, que oscilam entre 10 e 40 ha, variavelmente aproveitados; "donos de venda" (pequenos armazéns); pequenos negociantes de peixe e produtos agrícolas; proprietários de pequenas olarias; mestres de pesca; oficiais de construção civil; certa parte do funcionalismo público; operários industriais semi-qualificados.*

Para a grande maioria da população local, este grupo é o intérprete mais direto da ordem política e moral dominante e o intermediário nas relações políticas e sociais com os membros do grupo superior. Seus participantes são cabos eleitorais de políticos municipais, inspetores de quarteirão, que auxiliam o trabalho de delegados e sub-delegados; e, como empreiteiros de trabalho, são os recrutadores de mão-de-obra para os empreendimentos particulares e públicos em operação na área.

c) *Cultivadores sem terra — sejam arrendatários, parceiros, assalariados e proprietários de minifúndios; operários não-qualificados da construção civil e da indústria; empregados de balcão, empregados domésticos; soldados; serventes e trabalhadores braçais em órgãos públicos; pescadores.*

Dentro da escala local de prestígio, este grupo divide-se entre o "lavrador", trabalhador por conta própria, proprietário ainda que de pequeníssimo lote e, possivelmente, arrendatário ou parceiro em terras alheias ou simplesmente arrendatário ou parceiro — e, do outro lado, o trabalhador "de aluguel", "a ganho", "a dia" apenas, que na expressão local, "se aluga", "vende o dia", "trabalha para os outros". Esta última categoria, ainda reduzida nas áreas rurais, vem crescendo rapidamente desde o fim da década de cinquenta.

Como duas categorias sociais, também vinculadas à estrutura social local, vale citar o grande proprietário ausente, displicente pela produção e indiferente quanto a assuntos de âmbito local, dono de terras que geralmente pouco lhe rendem e apenas aguardam valorização; e a figura em emergência do moderno produtor capitalista, agrícola ou industrial, que, na maioria das vezes, tem perante a região relações extremamente especializadas.

A EVOLUÇÃO RECENTE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

De 1940 a 1960, a área total coberta por estabelecimentos rurais em Camaçari elevou-se de 29.638 ha a 75.413 ha. Esta expansão, que se acelerou na úl-

tima das duas décadas, com um acréscimo que correspondeu a 78% sobre a área ocupada em 1950, decorreu basicamente de operações especulativas inspiradas pela perspectiva de valorização da terra, por força da crescente integração da área com Salvador e da projetada localização do Complexo Petroquímico no distrito sede do Município e do Centro Industrial da região de Salvador na área vizinha de Aratu.

Além disso, a descoberta de depósitos de caulim branco, na área centro-oeste do município, e de um lençol de água mineral no distrito de Dias D'Ávila, também, concorreram para a generalizada corrida pela terra.

Apesar disso, verificaram-se também certas alterações no setor agropecuário, cuja tendência predominante foi a expansão das áreas de lavoura. Ainda que a área total dos estabelecimentos se tenha expandido em todo o município, incorporando extensas zonas estereis de "tabuleiro" e das planícies sedimentares internas, a área cultivada, em 1960, alcançou 13,1% da área total ocupada, representando, portanto, um considerável avanço sobre 1950, quando aquela percentagem era de 3,4%.

Enquanto a área total ocupada por estabelecimentos agrícolas cresceram, entre 1950 e 1960, na razão de 78%, a área de lavoura se expandiu em 583% sobre a registrada em 1950, passando de 1.845 a 9.876 ha. Contudo, essa expansão reflete muito mais a instalação de três colônias agrícolas ao sul do município e a utilização de trechos das planícies internas com cultivos extensivos do que um processo interno de transformação do setor primário.

O crescimento demográfico, a criação das colônias agrícolas e o estímulo por elas trazido à produção de consumo alimentar imediato, no sul do município, foram os principais fatores de elevação da taxa de utilização do solo, no período considerado. Todavia, coube à pecuária e ao cultivo do coqueiro, a contribuição mais efetiva para a expansão da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários e da área de lavoura em particular, excluída a especulação imobiliária.

Embora com a desvantagem de um longo período de maturação e com altos custos de implantação, o cultivo do coqueiro representa um investimento de rentabilidade assegurada e de fácil administração e baixos custos de manutenção. Por estas razões constituiu uma atração perante investidores estabelecidos em outros setores de atividade, ou mesmo em diferentes ramos agropecuários, fora da área.

Quanto à pecuária, a expansão foi reduzida em termos do volume físico do rebanho — 56%, entre 1950 e 1960, contudo, o seu papel foi extremamente significativo no processo de acumulação e fixação de poupança e na redistribuição da terra, além das implicações sócio-estruturais destes processos.

Sob a recessão econômica que atingiu o Recôncavo até a década de cinquenta, a atividade pecuária no município manteve-se praticamente estacionária, representando apenas uma espécie de recurso de sobrevivência de certos estabelecimentos, num regime de generalizada descapitalização. (14)

A partir de cinquenta, entretanto, essa atividade tem-se tornado um dos veículos de penetração de produções comerciais nas áreas rurais do município. Não se trata do crescimento de pequenos rebanhos dispersos, subsidiários e outras formas de atividade e fontes de renda, mas de uma expansão da atividade pecuária em pontos isolados do município, concentrada em estabelecimentos de área relativamente extensa.

CAMAÇARI
ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS
Número e área total
1940/1950/1960

CLASSE DE ÁREA	INDICADORES ANO		ESTABELEC. (N)		ÁREA TOTAL (Ha)		ESTABELEC. (%)		ÁREA TOTAL (%)		ÁREA MÉDIA (Ha/N)		
	1940	1960	1940	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960
0	-	8	17	61	-	6	4,2	2,2	11,3	-	-	-	0,6
1	12	12	83	126	12,8	16	3,3	3,3	9,5	0,1	1,4	0,8	1,5
2	36	64	148	491	23,5	214	17,4	17,0	17,0	0,4	3,4	1,3	3,3
5	10	66	115	888	20,3	361	14,7	13,3	13,3	1,6	7,3	6,7	7,7
10	20	57	108	1.516	20,3	821	16,6	12,4	12,4	2,7	14,0	13,5	14,0
20	44	65	172	5.099	1,399	1.873	17,8	19,8	19,8	4,7	31,8	28,8	29,7
50	100	13	32	3.620	2,271	3.620	4,6	8,7	5,5	3,1	71,2	71,0	75,4
100	200	13	18	4.788	1.806	2.351	4,9	4,0	6,1	5,0	138,9	130,6	136,8
200	500	26	37	7.770	9.775	10.939	9,3	8,7	4,3	26,2	288,8	305,5	295,7
500	1.000	9	13	5.742	8.933	9.474	3,2	3,5	1,7	19,4	638,0	687,2	676,7
1.000	2.000	3	4	10.581	4.639	6.747	1,1	1,1	0,6	35,7	3.827,0	1.159,8	1.349,4
2.000	5.000	2	4	-	11.000	9.496	0,7	1,1	0,4	-	-	2.750,0	3.165,3
5.000	10.000	-	1	-	-	9.683	-	-	0,1	-	-	-	9.683,0
10.000 e mais	-	-	1	12.600	-	-	-	-	0,1	-	-	-	12.600,0
TOTAL	281	367	868	29.638	42.250	75.428	100	100	100	100	100	100	86,90

FONTE: Serviço Nacional de Recenseamento e Censo Agrícola, Bahia, 1960.

1. Essas classes correspondem, em 1940, respectivamente a 1.000 e 2.500 e 2.500 e 5.000.

O que em realidade ocorreu foi o desenvolvimento de uma pecuária de proporções médias, para corte ou voltada para a produção do leite, ao lado de uma pequena pecuária de consumo local, ainda remanescente da atividade pecuária precedente, subsidiária à atividade agrícola.

No primeiro caso, o recurso à pecuária associou-se ao aparecimento de novos proprietários, quase sempre absenteístas, e que recorrem à mesma como um recurso tático simultâneo de aplicação de poupança e de posse efetiva das áreas de que são titulares. Neste caso, a criação é feita em bases tecnológicas e organizacionais bastante rudimentares, sob uma baixa taxa de utilização do solo e reduzido emprego de mão-de-obra.

Já a criação do gado leiteiro, que envolve procedimentos mais racionalizados e uma utilização mais intensiva da terra, com pastagens cultivadas e arroteamento de pastos naturais, tornou-se uma alternativa muito menos frequente.

No caso da pequena pecuária, a tendência verificada, no decênio de cinquenta, foi a de ser um instrumento de manutenção do nível de renda de produtores descapitalizados e sob deficiente integração no mercado regional ou de tornar-se um veículo de acumulação primitiva, tendente a produzir uma pecuária de parte médio de estilo capitalista.

Num município com terras sob crescente valorização, em virtude de sua localização face à Capital do Estado e às atividades industriais a estabelecerem-se na área, a expansão da pecuária representou, na verdade, um veículo de penetração capitalista, num regime de exploração que se faz valer de baixos custos de operação, aliados à curta maturação do investimento e à simplicidade de administração da empresa.

Durante todo esse período, a distribuição da terra condicionou e refletiu essa evolução da produção. De 1940 a 1960, a minifundização foi a tendência predominante, não em prejuízo da grande propriedade, mas dos pequenos estabelecimentos de 1940. Com efeito, unidades de menos de 5 hectares, que constituíam 17,0% dos estabelecimentos agrícolas, em 1940, passam a constituir 37,8% do número total de parcelas, em 1960, enquanto diminui a percentagem dos estabelecimentos de 5 a 20 ha, passando o número destes de 43,8% a 25,7%, em 1960.

Ao mesmo tempo, verifica-se um aumento das unidades de 20 a 50 hectares, em parte refletindo os desmembramentos resultantes da criação de 107 lotes coloniais com áreas médias de 15 a 40 ha. Mas, no conjunto, os estabelecimentos de menos de 50 hectares conservam a mesma participação na área total ocupada: 9,5, em 1940 e 10,0, em 1960. Enquanto isto, os médios e grandes estabelecimentos de mais de 200 hectares expandem-se ao ponto de ocuparem 81,3% da área total dos estabelecimentos, expansão que provavelmente deriva, nesse período, tanto da aglutinação de estabelecimentos menores em unidades maiores, quanto da conquista de áreas devolutas.

Além do que possam revelar os dados censitários quanto à tendência à concentração da terra, a experiência de campo mostra decisivamente que, nos anos que precedem a 1960, foram frequentes as reaglutinações de áreas confinantes e a concentração da propriedade, por compra em separado de diversas áreas não contíguas.

Na história recente da terra no município, as áreas de 20 a 50 hectares constituem, tipicamente, uma forma instável entre a grande ou média propriedade

em fragmentação e o minifúndio, ou, ultimamente, um tipo de estabelecimento sujeito à aglutinação em unidades maiores.

Quanto a estabelecimentos de menos de 50 ha, a forma típica de reaglutinação ocorre entre herdeiros, um deles adquirindo, por compra, a parte dos demais. O outro padrão de concentração da propriedade é resultante da compra sucessiva de áreas contíguas ou não, por indivíduos de fora da região, com fins mais especulativos do que a título de investimento reprodutivo em caráter imediato.

Frequentemente, tais proprietários associam a compra à requisição de áreas devolutas. Um dos principais empreendimentos agrícolas da região, dispondo de uma área contígua de mais de 1.000 ha, resulta da compra de três parcelas a particulares e da requisição de uma área de terras devolutas ao Estado. Em outro caso, seis estabelecimentos não-confinantes compõem um conjunto sob controle unificado, somando um total superior a 4.000 ha. Um dos maiores proprietários locais, por exemplo, era titular de pelo menos oito diferentes estabelecimentos, no início de sessenta.

Em todos os casos estudados de grandes explorações caracterizadas por compras sucessivas de diferentes áreas, seus proprietários são pessoas estranhas à área, produtores agropecuários em outros pontos do Estado ou comerciantes e profissionais liberais sediados na Capital.

A concentração da terra ocorre, assim, não só pela reaglutinação e pela ocupação de extensas áreas devolutas, mas, ainda, pelo fenômeno invisível através dos dados censitários, da compra sucessiva por um mesmo indivíduo de diversos estabelecimentos não contíguos ou mantidos cada um sob administração independente.

Por outro lado, a concentração da propriedade resulta de dois processos principais: da expansão de empreendimentos agrícolas e/ou pecuários de tipo capitalista, e da especulação da terra, decorrente das vantagens locais do município face à Capital e ao futuro principal núcleo industrial do Estado.

A evolução recente da distribuição da terra em Camaçari obedece, assim, a um padrão usual no Recôncavo, segundo o qual aos momentos de prosperidade econômica corresponde uma tendência à concentração da propriedade, ao tempo em que as fases de retração implicam na fragmentação de áreas e, de outro lado, na estagnação de grandes propriedades, sob uma administração omissa ou displicente, com baixa atividade produtiva. (15) O saldo final tem sido a minifundização, de um lado, e a concentração da propriedade de outro, contrariado, no caso estudado, apenas pela interferência direta de origem governamental, expressa, como vimos, nas experiências de colonização, ou por força de loteamentos especulativos na periferia das concentrações urbanas.

PADRÕES DE USO DA TERRA

Em termos da área cultivada, o cultivo do coqueiro, ocupando 1.660 ha, em 1961 (16), e em visível expansão, em sessenta, constitui, cada vez mais, a principal produção agrícola local.

Esta lavoura apresentava-se, no início da década, no município, sob três estágios distintos: velhos coqueiros, onde são frequentes árvores de trinta e mais anos, resultantes do plantio ocasional em alguns casos, ou de

CAMAÇARI ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS Recursos de produção 1950/1960

ANO	INDICADORES	ESTABE- LECI- MENTOS	Á R E A de lavoura (ha)		PESSOAL OCUPADO	TRATORES	ARADOS	BOVINOS	PESSOAL /ESTABE- LECIMEN- TO	ÁREA DE LAVOURA /ÁREA TOTAL(%)	ÁREA TO- TAL/PES- SOAL	ÁREA DE LAVOURA /PESSOAL	ÁREA TOTAL /TRATORES	PESSOAL /TRATORES
			Total	(ha)										
1950		367	42.250	1.453	1.845	4	13	3.584	5,0	3,4	22,9	0,8	10.563	461
1960		868	75.428	9.876	3.984	37	41	5.622	4,6	13,1	18,9	2,5	2.039	108

FONTES: Censos Agrícolas, Brasil, 1950 e 1960

decadentes plantações feitas pelos anos vinte, particularmente na costa, plantações sistemáticas, embora sob trato muito rudimentar, implantadas nas décadas de quarenta e cinquenta, e grandes novas plantações promovidas sob razoáveis padrões técnicos, por compradores recentes de terras na área.

A baixa taxa de ocupação da mão-de-obra nesta lavoura torna-se-á, porém, menos significativa na área do que à primeira vista poderá parecer. De fato, em termos de mão-de-obra empregada, a agricultura tradicional de subsistência é a forma dominante de atividade agrícola.

Com uma área que, possivelmente, supera aquela oficialmente registrada, a produção de artigos de subsistência cobria não menos de 200 ha, contando-se apenas o plantio de mandioca. Esta produção é tipicamente feita em "roças", termo que designa a exploração de uma área de geralmente um hectare com uma cultura alimentar temporária dominante, de fins comerciais, associada a culturas alimentares para consumo próprio do lavrador. A designação aplica-se a áreas sob variadas formas de posse permanente ou temporária da terra.

Além de principal absorvente de mão-de-obra, a importância da lavoura de subsistência deriva de várias outras razões: primeiro, a mesma está quase invariavelmente presente em todos os estabelecimentos agrícolas locais. Depois, prevalece-se de grande parte das áreas mais férteis da região. Além disto, a sua produção constitui, invariavelmente, para o "lavrador" local — proprietário rezeiro ou parceiro — um elemento obrigatório de composição de sua renda bruta. Finalmente, a "roça" de subsistência ocorre, também, associada à implantação de culturas permanentes e à abertura de pastagens.

As formas mais tradicionais de "roça" são, primeiro, aquela vinculada às pequenas propriedades de cerca de três hectares, distribuídas em redor dos núcleos populacionais situados nas terras mais férteis; e, segundo, aquela praticada nas grandes propriedades das zonas de colina e às margens dos principais rios, em que tal produção é feita basicamente por lavradores sem terra, em regime de parceria da produção ou de arrendamento da terra. Em qualquer caso, a "roça" em si ocupa, em geral, de meia a quatro tarefas e é trabalhada por um só homem ou por ele e sua família. Seu tamanho deriva, geralmente, dessa disponibilidade de força de trabalho.

A natureza do solo, na área de Camaçari, exige, para uma "boa" roça, a disponibilidade de uma área que inclua uma parte alta e outra de "baixada", de modo a garantir uma produção de inverno a verão. A falta de renda e de capital em mãos do lavrador para o sustento de sua família na fase do plantio e para o eventual pagamento de mão-de-obra extra impõe, ainda, que a área obtida tenha uma cobertura vegetal aproveitável para o fabrico de carvão, cuja venda proporciona os recursos necessários até a colheita.

A "roça" alia-se, também, à abertura de pastos, representando para o proprietário uma forma de "limpa" auto-financeável. A outra condição de recurso à agricultura alimentar tradicional liga-se à expansão recente de culturas comerciais permanentes. Nestes casos, a mandioca, que é geralmente o cultivo preferido, é plantada logo em seguida à implantação da cultura permanente, entre os espaços deixados pela última. No caso de coqueirais, as "roças" são feitas até o quinto ou sexto ano, se muito, desaparecendo com o desenvolvimento das novas árvores, e podendo ser repetidas vários anos depois, aproveitando os espaços não sombreados

entre as plantas crescidas. São frequentes "roças" plantadas entre árvores antigas nos ralos coqueirais da orla marítima.

Ao lado da "roça" de subsistência, a outra atividade amplamente difundida na área, em pontos onde ainda resta alguma mata, é a produção pura e simples de carvão vegetal ou a extração de madeira para lenha. Nessas áreas, enquanto a cultura de subsistência cabe em geral a parceiros, e às vezes, rezeiros que, como vimos, iniciam o trabalho com a produção do carvão, certos proprietários promovem diretamente a derruba da madeira sem a subsequente utilização agrícola do solo. (6)

A pecuária é outra atividade generalizada na área e se apresenta segundo três padrões básicos: criatórios extensivos de gado da terra para corte; criações mais intensivas de gado semi-raciado para a produção leiteira, e criações em pequena escala, da mais variada composição — bovinos, suínos, caprinos, ovinos — subsidiárias à atividade agrícola e voltadas para o consumo local.

O primeiro tipo de criatório — a pecuária extensiva de "gado da terra" — foi, como se sabe, atividade importante no passado (17) Durante toda a primeira metade deste século não parece que a mesma se tenha expandido. Ainda assim, à medida em que se desorganizaram as antigas fazendas locais e que se desenvolveram as vinculações das estações de estrada de ferro com a Capital, grandes áreas passaram, por compra, algumas vezes em leilões em hasta pública, às mãos de comerciantes ou profissionais residentes na Capital, ou de produtores de outras áreas do Estado. Estes, de um modo geral, recorreram à pecuária extensiva como um meio da utilização efetiva da terra e de fixação de poupanças.

O mecanismo de expansão e retração desse tipo de atividade liga-se, particularmente, às oscilações da função empresarial. Em passado recente, nas propriedades onde a deficiência do capital ou ausência pessoal dos proprietários dificultaram uma exploração efetiva em termos agrícolas, a atividade pecuária tornou-se um recurso de manutenção da propriedade da terra. Tanto que, em áreas de solo mais fértil, uma vez intensificada a demanda pela terra, a produção pecuária extensiva foi ocasionalmente expulsa em favor da agricultura.

Presentemente, a situação é diferente. A pecuária extensiva utiliza-se de certas áreas de tabuleiros e de solos laterizados das colinas, dependendo da existência da grande propriedade e cada vez mais ligada a novos compradores.

Tais criatórios representam uma forma de inversão bastante atraente para o proprietário ausente, motivado pela expectativa de valorização da terra e de manutenção de patrimônio. Com exceção da construção de um cercado, que muitas vezes é dispensada graças à frequente existência de cursos de água, a fazenda de gado para corte não requer outras instalações, utilizando uma reduzida mão-de-obra, remunerada em bases extremamente baixas.

Este tipo de pecuária constitui, pois, uma forma de ocupação do solo, com três vantagens principais: a relativa liquidez do investimento, a extrema facilidade de manejo da produção e os baixos custos de operação da mesma.

O segundo tipo de criação — a do gado leiteiro — tem sido mais ou menos constante nas áreas sul e oeste do município, ao menos neste século. Contudo, esta produção, como o cultivo de laranja e outros produtos do pomar, está tão intimamente ligada a proprietários provindos de fora da região e ao absenteísmo e transi-

toriedade dos mesmos, que a sua história é marcada por sucessivos altos e baixos (18).

Criatórios de gado leiteiro ocorrem na zona sudoeste e oeste do município, aproveitando-se de terrenos de relevo diversificado e de melhores solos, em que são possíveis o cultivo de pastos artificiais e o suprimento de boas aguadas. Este tipo de pecuária exige uma parcela relativamente grande de capital fixo em instalações e inversões contínuas em pastos cultivados e na compra de animais raciados.

Por outro lado, a complexidade do trato do gado leiteiro exige, da parte do produtor, um nível cultural mais alto e um controle mais intenso das atividades de produção. Acresce que, não existindo, até o início da década de sessenta, um sistema regional integrado de escoamento da produção e não constituindo os núcleos locais um mercado suficiente para a produção leiteira, o produtor é obrigado a prover-se de transporte próprio para conduzir o leite fresco ao consumidor, na Capital. (19)

Tudo isso tornou inacessível a produção leiteira aos médios e grandes proprietários residentes, geralmente descapitalizados e não familiarizados com processos mais complexos de produção e, com os canais muito pessoais de comercialização do leite em Salvador, na época. Assim, as tentativas de criação de gado leiteiro têm sido feitas sempre por produtores vindos de fora da região, proprietários transitória ou permanentemente ausentes, dispondo de certo capital e exercendo supervisão ainda que indireta da exploração.

Contudo, apesar da relativa complexidade de operações envolvidas neste tipo de pecuária, para estes proprietários, em geral de nível educacional alto e habituados a ocupações urbanas, a produção de leite representa uma atração em vista de sua relativa rentabilidade e fácil manejo administrativo.

Entretanto, a tênue vinculação destes proprietários com a terra, que para si é fundamentalmente um bem patrimonial, leva facilmente ao abandono de tais iniciativas. O primeiro obstáculo à comercialização do leite, por exemplo, ou à regular administração da fazenda, como a perda de um administrador que vinha antes "tomando conta" da mesma, é pretexto para o desmantelamento da produção.

Não raro o motivo é totalmente estranho à atividade e ao estabelecimento em particular, vinculando-se a circunstâncias ocasionais da vida pessoal do proprietário ou de sua família residente em Salvador. Em consequência, frequentemente encontram-se instalações totalmente abandonadas, às vezes em ruínas, em meio a propriedades semi-desertas, entregues a um antigo empregado ou parente idoso do proprietário, sem meios nem autorização para utilizar as terras.

Compreende-se porque, embora a proximidade do mercado de Salvador seja naturalmente um forte incentivo a tal atividade, a natureza da relação produtor-terra não favorece o desenvolvimento progressivo e estável da produção leiteira, que assume por isto um caráter intermitente.

O terceiro tipo de atividade pecuária é aquele já referido, praticado em pequena escala, partindo de duas ou três cabeças de gado, cujo rebanho se expande, em geral, quase que tão somente ao ritmo do seu crescimento natural. Este tipo de criação sempre esteve presente no município e é praticado por um número considerável de pequenos produtores. Sua principal peculiaridade é a de ser parte de um sistema de economia semi-fechada em que exatamente é o animal vendido local-

mente — bovino, porco, carneiro — que constitui a única produção comercial, às vezes aliada à do côco.

TIPOS DE UNIDADES DE PRODUÇÃO

As produções acima relacionadas, na realidade, aparecem raramente isoladas, mas em complexos típicos, segundo padrões específicos de associação entre as mesmas.

Em primeiro lugar, devido a importância da área e pela mão-de-obra que absorvem, estão as médias e grandes fazendas sub-utilizadas das áreas de colina e das margens do Joanes, onde se pratica a "roça" e se produz o carvão vegetal. Nestas, a área utilizada é ínfima, em relação a extensão do estabelecimento, e a economia é predatória por excelência, seja na derrubada sistemática da mata, seja na destruição direta ou indireta do solo, com um saldo crescente de terrenos empobrecidos.

Outro tipo de estabelecimento, segundo em importância pela área que ocupa e pelo volume de população que dela depende, é a fazenda tradicional de côco, no litoral. São grandes extensões de coqueirais antigos, entre os quais se pratica uma pequena agricultura de subsistência ou, em alguns casos, a pequena pecuária para consumo local.

Nas grandes propriedades — marcadas, em geral, pelo absentismo dos proprietários — a produção de subsistência é feita em escala muito reduzida pela pequena mão-de-obra permanente existente na fazenda ou, esporadicamente, por lavradores sem terra, residentes nos núcleos costeiros. O proprietário da terra e sua família, mesmo quando presente, geralmente abstêm-se da pequena agricultura, pois a produção comercial do côco é relativamente grande em volume.

Nas explorações de área média ou pequena — geralmente de proprietários residentes — o baixo volume de renda propiciada pela venda do côco induz ao recurso a outras atividades por parte do produtor e de sua família. Nestes casos, a densidade de ocupação da terra com culturas anuais é muito mais alta e a associação com a pequena pecuária é frequente. A produção de subsistência é praticada, muitas vezes, pelo próprio produtor em regime de família extensa, mas é, também, facilitada a parceiros, rendeiros e moradores. O gado criado entre o coqueiral é geralmente objeto de trato do produtor e de membros de sua família. Tais características permitem considerar este tipo de estabelecimento como um padrão à parte, o terceiro entre os aqui relacionados.

O quarto tipo de unidade produtiva é o "sítio" de coqueiros, pequenas áreas onde praticamente o coqueiro é a única cultura. Frequentemente, o "sítio" resulta da fragmentação da terra por herança. Em certos casos, esta fragmentação é posterior ao estabelecimento do cultivo do côco, em outros casos este é um recurso de utilização mais rentável da terra, nessas glebas ínfimas, onde são inviáveis culturas anuais, devido à rápida exaustão do solo.

Nos estabelecimentos de grande extensão, a relação área cultivada — área total jamais põe em eminência o perigo da falta de terra. Há uma espécie de fronteira aberta. Mas, nos estabelecimentos de pequena área, a terra rapidamente se esgota, daí porque seus proprietários são levados a recorrer a culturas permanentes, inse- rindo-se no sistema de produção comercial. Tem-se, então, paradoxalmente, de um lado, às vezes, o grande e médio proprietários sob uma economia reduzida voltada

para o mercado, e, de outro, o proprietário de minifúndio, frequentemente dependente da produção comercial apenas.

Outra linha de origem do "sítio" é a fixação de antigos rendeiros que plantaram em terras arrendadas vários pés de coqueiro e, assim, fixaram-se permanentemente na mesma. Os "sítios" dessa origem têm uma tendência a desaparecer, ou a não mais se formarem, em virtude de os proprietários atuais vetarem a rendeiros, moradores e parceiros o plantio de plantas permanentes, justamente pelo temor de fixação dos mesmos na terra.

Uma variante deste padrão é o quintal de fundo de casa nos núcleos populacionais. Aí, mesmo sob baixa rentabilidade, pratica-se uma limitada agricultura alimentar que se resume quase que apenas à horticultura de pauta tradicional — jiló, tempero verde, leguminosas, tomate de rama, maxixe e ervas medicinais, com a presença de alguns poucos pés de coqueiro.

O quinto tipo de unidade, importante em particular pela área relativa que ocupa, se bem que muito menos pela mão-de-obra que engaja, é a fazenda de criação extensiva de gado de corte. Neste tipo de estabelecimento é possível encontrar-se ou frequentemente encontram-se limitadas áreas sob cultivo de "roças", praticadas pela reduzida mão-de-obra permanente ou por eventuais arrendatários e parceiros residentes fora dos mesmos.

A tendência, porém, é de expulsão da lavoura de subsistência, em virtude da expansão da pecuária e da difícil proteção das "roças" contra as incursões do gado. De um modo geral nestes estabelecimentos não há pastagens artificiais e somente esporadicamente aparecem outras reduzidas criações do tipo "de quintal" para consumo do produtor e família ou, em alguns casos, do encarregado local da fazenda.

Outro padrão é constituído pelos estabelecimentos produtores de leite, que utilizam a terra em grande parte do modo extensivo, exceto numa pequena percentagem da área ocupada com pastos cultivados. A exigência de maior controle da produção nestes casos motiva visitas mais frequentes do proprietário, que excepcionalmente reside na fazenda. Por esta razão, existem, com mais frequência, nestes estabelecimentos, culturas de pomar ao lado de alguma criação "de quintal". Como nos demais estabelecimentos pecuários, a agricultura de subsistência é limitada e permanentemente ameaçada.

Finalmente, o último padrão de uso da terra representa a forma emergente de culturas permanentes, comportando crescente teor de racionalidade. Quanto às novas plantações de côco, são raros os estabelecimentos em que esta cultura liga-se exclusivamente à nova fase. Muitas vezes é frequente a presença de velhos coqueiros ao lado de novas plantações ou mesmo de árvores antigas isoladas em meio às novas plantas.

Esta forma de utilização da terra faz-se em dois tipos principais de estabelecimentos. Nas pequenas propriedades de antigos residentes locais ou em alguns lotes coloniais e nos grandes estabelecimentos comprados por produtores de fora. Nos lotes coloniais e nas pequenas propriedades, as novas plantações de coqueiros com frequência subsistem, ainda, ao lado de culturas de subsistência ou são implantadas em associação com as mesmas, aí cultivadas até cerca do quinto ano.

O sistema de implantação de culturas permanentes, associadas à agricultura de subsistência, envolve um contrato particular de trabalho com a mão-de-obra

local. O proprietário que deseja implantar determinado número de pés de coqueiro ou outra planta, propõe a um lavrador local ceder-lhe uma área na qual este deverá plantar os coqueiros, inclusive às vezes fornecendo a própria semente, sem contudo receber qualquer remuneração em dinheiro, mas, apenas o direito de utilizar-se da mesma terra com culturas anuais para seu consumo ou comércio.

Nas grandes propriedades, inexistem praticamente "roças" de subsistência, exceto as permitidas à mão-de-obra permanente, pois, nem aos produtores interessa praticá-las, nem os mesmos admitem com facilidade a cessão de áreas em arrendamento ou parceria. Nestes casos, a população permanente é bastante limitada e a tendência é expulsar, por completo, outras formas de utilização da terra.

Onde o cultivo é feito com grande preocupação de racionalidade é totalmente ausente o cultivo de "roças" inclusive a referida associação inicial entre a cultura permanente e a de subsistência, pois este padrão condiciona geralmente um nível tecnológico inferior de implantação das plantas permanentes, que, em sessenta incluíam, também, a mamona e o sisal.

CONCLUSÃO

De um modo geral, poder-se-ia dizer que a dinâmica do uso da terra em Camaçari, pelo meado deste século — fase que precede à atual reestruturação da economia do Recôncavo — derivou basicamente de dois processos: da preservação da terra sob um padrão de propriedade privada concentrada — ainda que a custa da circulação de proprietários, da intermitência de diferentes atividades produtivas e mesmo da improdutividade — e dos mecanismos de sobrevivência da população local constituída, em larga escala, por pequenos proprietários e por não-proprietários.

Os dois processos não estiveram contudo isolados. A concentração da propriedade expressou e condicionou uma importância predominante do capital, como determinante da produção e submeteu, por isto, a área a uma alternância de empreendimentos descontínuos que ora requisitaram mão-de-obra, mas igualmente ora a dispensaram. Por sua vez, a dificuldade e crescente impossibilidade de acesso a terra pela população local, que se acumulou com o tempo na área, permitiu uma variedade de arranjos na organização da produção, nos quais a participação da mesma se fez sob a mais aguda e continuada expropriação. A minifundização, um entre outros testemunhos da situação, é suficiente para demonstrá-lo.

Por outro lado, é preciso observar que dois processos presentes na área em momentos anteriores, aceleraram-se a partir do meado deste século: de um lado o avanço de monoculturas terra — e trabalho-extensivas e a reativação da pecuária em competição com a produção de subsistência e, de outro, a especulação da terra com a crescente resistência dos proprietários à cessão de áreas a lavradores autônomos. Em consequência, desencadeou-se um processo de desalojamento e assalariamento de grande parte dessa população, expressa nos dados censitários pelo crescimento muito maior da população economicamente ativa dependente da agricultura (115,9% de 1950 a 1960) do que da população rural (23,3% no mesmo período), progressivamente concentrada em nucleações urbanas.

As características da estrutura fundiária e as oportunidades econômicas reservadas à população local constituem, assim, as duas faces de um processo, em

que os modos de utilização da terra se apresentam como soluções necessariamente instáveis das tensões entre as relações de produção e os recursos produtivos.

Esse processo não se restringe à área e ao período estudados. A evolução da estrutura fundiária em Camaçari constitui um testemunho de processos que tem por referência o Recôncavo em sua totalidade. Contudo, há duas condições peculiares aos mesmos, que tornam muito mais evidentes aí as tendências que caracterizam a dinâmica econômica da região como um todo.

Tratando-se de uma periferia ecológica, onde as condições ambientais condicionavam uma participação física ambígua da área na produção direta da mercadoria hegemônica da região no passado e a produção essencial, porém complementar a esta — a de animais e combustíveis vegetal, nela se tornaram mais expressos os efeitos das restrições sofridas pela produção nuclear da região.

Isto não quer dizer que as contrações da produção açucareira tivessem que resultar, necessariamente, em situações de crise em suas periferias, mas que estas puderam, com mais facilidade, pela sua diversidade física e de produção, observar os efeitos daquelas contrações segundo padrões mais explícitos de acomodação à retração do capital. O principal motor dessas acomodações foi, nesses momentos, a necessidade de absorver a oferta de trabalho sobrando, sem contudo alterar a estrutura de acesso à terra.

Entretanto, a esta função conjuntural somou-se a função estrutural dessas áreas, de manter um excedente de mão-de-obra, intolerável dentro das áreas mais propícias à produção da cana e de, ao mesmo tempo, preservar suas zonas mais ricas para as expansões cíclicas daquela produção comercial.

NOTAS

1. Sobre a influência da Petrobrás, v. T. de Azevêdo (1960); Ritz (1960); Talma Sampaio (1974); A indústria petrolífera. . .
2. Sobre a evolução econômica da região v. Pinho (1944); T. de Azevêdo (1955); Mattoso (1968, 1970, 1971, 1972 e 1974); Azevêdo e Lins (1969); Mattoso e Athaide (1971); Tavares (1964 e aulas no Instituto de C. Sociais, UFBA, 1963, mimeo).
3. Cf. Carvalho (1958).
4. Cf. Viana, (1893); B. Barros (1923). Vale notar aqui que, de acordo com o censo de 1872, ainda que fazendo reservas à sua exatidão, é forçoso admitir que a proporção de 7.757 pessoas livres do sexo masculino para 3.551 escravos do mesmo sexo, encontrados nesta área, revela a presença de explorações agrícolas de grande porte, nos moldes do resto do Recôncavo. Frente às crises subsequentes, antigos proprietários foram abandonando a região, que reagiu à crise pela expansão da agricultura de subsistência. Não é de estranhar que os últimos proprietários residentes que restaram, empobrecidos e incapazes de organizar a mão-de-obra local, passassem a arrendar suas terras a essa camada de pequenos lavradores. Aos antigos pequenos lavradores veio juntar-se parte do contingente escravo liberado e a região conseguiu certo equilíbrio ecológico graças a um regime quase de subsistência mínima. Sem a existência de um empregador que lhe oferecesse oportunidades de trabalho, a população que permaneceu passou a viver dentro de um círculo comercial local, produzindo para si e para pequenas trocas em feiras próximas.
5. Cf. Viana (1893); Bondar (1939).
6. Estes criatórios incluíam também caprinos e ovinos. Cf. Viana (1893).
7. Cf. Bondar (1939).
8. Pelo meado da década de sessenta, foi criado um novo município — Lauro de Freitas — formado pela porção norte do que era o Município de Salvador no início da década, deixando de ser confinantes os municípios de Camaçari e Salvador. Contudo, como o eram na época do trabalho de campo e como o novo Município de Lauro de Freitas constitui uma área altamente integrada com Salvador, foi desconhecido para efeito deste trabalho o referido desmembramento.
9. Cf. Bittencourt e Sá, 1758; As sucessivas concessões de terras na área de Camaçari, desde o primeiro século, só poderiam ter levado a uma ocupação relativamente densa desta área por portugueses. Cf. Freire (1906, p. 15—27); Acciolo (1937); Tavares (1964).
10. Vários dos nomes de localidades nesta área testemunham seu aparecimento em locais de antigas fazendas.
11. Cf. Registro de Terras, 1859.
12. Segundo a tradição oral da zona de Jauá, este local fora ponto de desembarque de escravos no século passado. No início deste século, teria apenas 4 casas. Depois de 1910, por cerca de 10 anos, para aí vieram numerosos indivíduos, cujos sobrenomes são os da população atual. As famílias de residência mais antiga no local tendem a apresentar maior aparência de descendência negra e mesmo a maioria dos indivíduos mais escuros.
13. Distrito desmembrado no decênio de cinquenta do distrito-sede de Camaçari, divisão ignorada no presente trabalho, em vista das semelhanças geo-econômicas e demográficas da área de Dias d'Ávila com a parte que restou do distrito-sede.
14. V. por ex. Mattoso (1971); sobre os ciclos de conjuntura na Bahia.
15. V. por exemplo Schwartz (1973); e Schwartz (Elite Política, . . . s.d.)
16. Estimativa do Departamento Estadual de Estatística, Bahia.
17. A presença de gado para corte e tração na periferia da área de produção de cana é documentada por inúmeras fontes contemporâneas, V. por ex. Schwartz (1973).
18. Esta parece ter sido uma característica comum a toda a bacia leiteira que abastecia Salvador no meado deste século. Cf. Almeida, 1959, tabelas 11/17.
19. V. Almeida (1959).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCIOLE, Inácio. **Memórias históricas e políticas (1843)**. Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1937.
- ALMEIDA, Aristeu Barreto de. **Problemas do abastecimento do leite em Salvador**, Salvador, CPE, 1959.
- AZEVEDO Thales de. **Povoamento da cidade do Salvador**. 2a. edição, São Paulo, Nacional, 1955.
- _____ **Problemas sociais da exploração do petróleo no Recôncavo**. Bahia, Imprensa Oficial da Bahia, 1960.
- _____ e VIERA LINS, E. O. **História do Banco da Bahia, 1858 — 1958**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.
- BARROS, F. Borges de. **Dicionário geográfico e histórico da Bahia**. s.l.p., s.c.p., 1923.
- BITTENCOURT e SÁ, João F. **Resposta ao questionário constante do processo para promoção da aldeia do Espírito Santo a Vila Nova de Abrantes do Espírito Santo**, 11 de outubro de 1758.
- BONDAR, Gregório. **O coqueiro no Brasil**. Instituto Cultural do Fomento Econômico da Bahia. **Boletim**, 7, 1939.
- CARVALHO, Ana Dias da Silva. **Feira de Santana e o comércio do gado**. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, 28: 14—36, mar., 1958.
- FREIRE, Felisbelo. **História territorial do Brasil**. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio de Rodrigues & Cia., 1906.
- MATTOSO, Katia M. de Queiroz. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**, resensão de André João Antonil, traduction française et commentaire critique par André M. Mausuru. Paris, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, 1968.
- _____ **Conjoncture et société au Brésil la fin du XVIII e; prix et salaires a la veille de la Revolution des Alfaiates, Bahia, 1778**. Separata de **Cahiers des Ameriques Latines**, 1970.
- _____ **Os Preços na Bahia de 1750 a 1930**. L'histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930. Colloques Internationaux du **Centre National de la Recherche Scientifique**. Paris, 543:161—182, out. 1971.
- _____ **Á propósito de cartas de Alforria. Bahia 1779—1850**. **Anais de História**. Assis (4):23—52, 1972.
- _____ **Os escravos na Bahia, no alvorecer do século XIX; estudo de um grupo social**. **Revista de História**. São Paulo, 109—135, 1974.
- _____ e ATHAIDE, Johildo. **Epidemias e flutuações de preços na Bahia no século XIX, l'histoire quantitative du Brésil de 1800—1930**. **Colloques internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique**. 543:183—202, 1971.
- PINHO, José Wanderley de. **História de um engenho no Recôncavo**. Rio de Janeiro, 1944.
- REGISTRO de terras da Câmara Municipal da Vila de Abrantes. **Arquivo Público do Estado**.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Elite política and the growth of a peasantry in late colonial Brazil**. Inédito.

Free labor in a slave economy: the lavradores de cana of colonial Bahia.
In: ALDEN, Dauril, Org. Colonial roots of modern Brazil. Berkeley, University of California Press, 1973.

TALMA SAMPAIO, Fernando. Aspectos da regionalização do desenvolvimento industrial, o caso baiano. Salvador, FCE, UFBA, 1974.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. Aspectos da Criação de Vilas na Bahia, 1964.

VIANA, Francisco Vicente. Memórias sobre o Estado da Bahia. Bahia, s.c.p., 1893.

o